



ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral
(CIDI)



**SEGUNDA REUNIÃO DA
COMISSÃO INTERAMERICANA DE CULTURA**
25 a 26 de agosto de 2005
Washington, D.C. Original: Espanhol

OEA/Ser.W/XIII.5.2
CIDI/CIC/doc.3/05
23 agosto 2005

**RELATÓRIO À SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE
CULTURA (CIC) SOBRE O ESTADO DE AVANÇO DOS COMPROMISSOS DO PLANO
DE AÇÃO DO MÉXICO E AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM APOIO À CIC**

Washington, D.C., 25 e 26 de agosto de 2005

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

I. RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CIC, Jaime Nualart, DO CONSELHO NACIONAL PARA A CULTURA E AS ARTES DO MÉXICO, SOBRE O ESTADO DE AVANÇO DO PLANO DE AÇÃO DA SEGUNDA REUNIÃO INTERAMERICANA DE MINISTROS E MÁXIMAS AUTORIDADES DA CULTURA

1.	Declaração do México.....	3
2.	Plano de Ação do México.....	3
3.	Compromissos nacionais.....	4
4.	Sociedade civil.....	5
5.	Fundação Interamericana para a Cultura e o Desenvolvimento.....	5
6.	Observatório Interamericano de Políticas Culturais.....	5
7.	Estratégia de cooperação horizontal.....	6

II. RELATÓRIO DO ESCRITÓRIO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (OECT) DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA) À SEGUNDO REUNIÃO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE CULTURA.....7

1.	Relatório sobre compromissos nacionais contidos no Plano de Ação do México.....	7
2.	Atividades do Escritório de Educação, Ciência e Tecnologia da OEA, na qualidade de Secretaria Técnica da Comissão Interamericana de Cultura.....	8
3.	Infra-estrutura de Informação Cultural.....	8
	a) Sistemas de informação cultural.....	9
	b) Observatório Interamericano de Políticas Culturais.....	9
	c) Contas satélites de cultura.....	11
4.	Cooperação.....	11
	i) Estratégia de cooperação horizontal.....	13
	ii) Cooperação interagencial.....	13
	iii) Participação da sociedade civil.....	14
5.	Conservação do patrimônio cultural.....	14
6.	Cultura e esportes.....	14
7.	Relatório sobre o uso dos recursos do Subfundo de Reserva do Fundo Ordinário, aprovado pela Primeira Reunião da CIC.....	15
8.	Considerações finais.....	15

ANEXOS

Anexo 1	Uso de excedentes de recursos do Subfundo de Reserva do Fundo Ordinário para investimentos de capital e cumprimento dos mandatos da OEA.
---------	--

INTRODUÇÃO

O presente relatório à Segunda Reunião da Comissão Interamericana de Cultura (CIC) consta de dois relatórios distintos: o do Presidente da CIC, Jaime Nualart, do Conselho Nacional para a Cultura e as Artes do México (CONACULTA), e o do Escritório de Educação, Ciência e Tecnologia (OECT) da OEA, na qualidade de Secretaria Técnica da CIC. Este segundo relatório inclui uma seção sobre cultura e esportes apresentada pelo Canadá, na sua qualidade de vínculo permanente entre as autoridades responsáveis pelas políticas de juventude, cultura e esportes nos Estados membros.

I INFORME DEL PRESIDENTE DE LA CIC, JAIME NUALART DEL CONSEJO NACIONAL PARA LA CULTURA Y LAS ARTES DE MÉXICO, SOBRE EL ESTADO DE AVANCE DEL PLAN DE ACCIÓN DE LA SEGUNDA REUNIÓN INTERAMERICANA DE MINISTROS Y MÁXIMAS AUTORIDADES DE CULTURA

Relatório do Presidente da CIC, Jaima Nualart, do Conselho Nacional para a Cultura e as Artes do México, sobre o estado de avanço do Plano de Ação da Segunda Reunião Interamericana de Ministros e Máximas Autoridades da Cultura

A criação da Comissão Interamericana de Cultura (CIC), em cumprimento a uma das áreas prioritárias do Plano de Ação de Cartagena das Índias, obedeceu à necessidade de contar com um órgão permanente de comunicação e coordenação entre as autoridades da cultura, responsável pela construção do diálogo intergovernamental interamericano, para dar seguimento aos mandatos das Cúpulas das Américas e aos acordos adotados na reuniões ministeriais. Como é do conhecimento geral, na Primeira Reunião da CIC foram eleitas as respectivas autoridades, e a presidência da Comissão coube ao Conselho Nacional para a Cultura e as Artes (CONACULTA), do México.

Entre essa Primeira Reunião da CICI e a Segunda Reunião Interamericana de Ministros e Máximas Autoridades da Cultura, realizada na Cidade do México, em 23 e 24 de agosto de 2004, tiveram lugar duas reuniões de planejamento, em março e julho de 2004, destinadas a revisar o cumprimento do Plano de Trabalho da CIC e dos compromissos da Primeira Reunião, e as autoridades da CIC realizaram no mês de março uma reunião com o propósito de planejar a Segunda Reunião da Comissão e revisar o estado em que se encontram os compromissos acordados nos encontros ministeriais.

Cumpre, portanto, apresentar um relatório de seguimento dos compromissos do Plano de Ação do México emanado da Segunda Reunião Interamericana de Ministros e Máximas Autoridades da Cultura, realizada na Cidade do México em 23 e 24 de agosto de 2004, cujas discussões giraram em torno da indagação sobre o lugar que ocupa a cultura nos processos de desenvolvimento social e integração econômica do nosso Hemisfério.

1. Declaração do México

A necessidade de fortalecer o diálogo sobre diversidade cultural da *Declaração de Cartagena das Índias* foi retomada na *Declaração do México*, por ser tanto essencial para a promoção de um crescimento econômico com equidade a fim de reduzir e combater a pobreza como condição indispensável para o desenvolvimento social. Da mesma forma, a *Declaração do México* enfatizou a promoção de maior cooperação entre governos, a sociedade civil e o setor privado, para desenvolver novas e dinâmicas políticas e programas culturais que promovam a diversidade de expressões culturais do Hemisfério, maximizando os benefícios da globalização e mitigando seus efeitos negativos sobre a preservação e a promoção da diversidade cultural nas Américas.

Em idêntico sentido, destacou-se o interesse dos países do Hemisfério em promover um diálogo regional em torno das negociações do anteprojeto de Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, acordado na Terceira Reunião Intergovernamental de Peritos, cuja adoção, segundo se prevê, deverá ocorrer quando da Trigésima Terceira Conferência Geral da UNESCO, a realizar-se em outubro próximo. A respeito, no âmbito das reuniões intergovernamentais desse organismo, realizaram-se encontros informais do GRULA para discutir posições comuns, bem como consultas no nível bilateral .

Nesse contexto, a *Declaração do México* faz referência aos três grandes eixos temáticos em que se basearam as análises e os debates da Segunda Reunião Ministerial, considerando que a diversidade cultural é um tema transversal destes temas, a saber: 1) a cultura como geradora de crescimento econômico, emprego e desenvolvimento; 2) os desafios enfrentados pelas indústrias culturais; e 3) a cultura como instrumento de coesão social e combate à pobreza.

Em relação ao primeiro, concluiu-se pela necessidade de estabelecer indicadores que permitam vincular as políticas culturais às políticas econômicas, sociais e fiscais, bem como fortalecer alianças nacionais, regionais e com organismos internacionais. Quanto ao segundo, estabelecer e formular leis e políticas de promoção das indústrias culturais, fortalecê-las e torná-las mais competitivas. E, quanto ao último tema, a necessidade de desenvolver políticas ou programas orientados para a redução da pobreza e a criação de oportunidades de trabalho, bem como estabelecer alianças com a sociedade civil para promover iniciativas nesse campo, o que permite reconhecer uma vez mais o papel que lhe cabe no diálogo ministerial como instrumento útil para identificar necessidades e propostas de cooperação, bem como mecanismos de consulta.

2. Plano de Ação do México

Decorrido um ano da realização da Segunda Reunião Ministerial, é prematuro emitir juízos sobre os logros do *Plano de Ação do México*. Contudo, ocorreram avanços substantivos nas diversas iniciativas acordadas pelos ministros e autoridades da cultura.

Visando a ressaltar as iniciativas que registraram avanço desde a Segunda Reunião Ministerial, apresentamos a seguir um resumo das mesmas, com a reserva de que, ao longo do encontro, serão abordadas em maiores detalhes, tal como se poderá apreciar na agenda de trabalho.

3. Compromissos nacionais

Com a finalidade de reunir elementos para a apresentação de um relatório a esta Segunda Reunião da CIC, solicitei, na qualidade de Presidente da Comissão, informação sobre os avanços que seus países realizaram no âmbito dos compromissos nacionais estabelecidos no *Plano de Ação do México*, entre os quais: a realização de estudos para analisar o impacto econômico da cultura; desenvolvimento de indicadores culturais para medir a contribuição da cultura para o desenvolvimento econômico e social dos países do Hemisfério, em particular no que respeita à luta contra a pobreza e à geração de emprego; instrumentação de projetos piloto de cooperação horizontal orientados para a formação de capacidades administrativas e comerciais; treinamento de profissionais dedicados à conservação do patrimônio e à aplicação da lei, nos níveis nacional e regional; e desenho e implementação de políticas ou programas públicos destinados a educar e promover a compreensão dos nossos povos sobre os benefícios da propriedade intelectual.

A respeito, receberam-se relatórios de 9 países, dos quais a Secretaria Técnica dará conta mais adiante.

4. Sociedade civil

Formulamos sinceros agradecimentos ao destacado papel desempenhado pelo Chile, tanto na organização do *Workshop* de Consulta à Sociedade Civil realizado em Santiago, em julho de 2004, como moderador, por meio de sua Delegada junto à CIC, Senhora Pilar Entrala, do foro virtual sobre o documento *Perspectivas da sociedade civil para a Segunda Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades da Cultura*, a ser apresentado e enriquecido por ocasião desta Reunião.

5. Fundação Interamericana para a Cultura e o Desenvolvimento, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Tal como solicitado à CIC (com o apoio da Secretaria Técnica), no sentido de acompanhar o estabelecimento, no BID, da Fundação Interamericana para a Cultura e o Desenvolvimento, com vistas a determinar possíveis áreas de cooperação, a Reunião de Autoridades da CIC realizada em Washington, em março último, serviu de oportunidade para conhecer mais detalhadamente a informação sobre a missão, a estrutura e o financiamento da Fundação para os próximos três anos. Foi-nos informado que, na sua fase inicial a Fundação procurará financiar estudos sobre indicadores culturais que quantifiquem a contribuição da cultura para o PIB, assim como projetos para desenvolver contatos satélites. Abordou-se também um acordo subscrito com o Convênio Andrés Bello para compartilhar com outros Estados da região a experiência do Chile e da Colômbia com suas contatos satélites, bem como a iniciativa do Observatório Interamericano de Políticas Culturais (OIPC), que poderia ser objeto de financiamento pela Fundação e o BID. Falou-se sobre a importância de vincular os projetos da Fundação às políticas e prioridades culturais dos Estados membros. Por último, propôs-se que a CIC, possivelmente por intermédio do seu Presidente, faça parte do Comitê Assessor da Fundação, tema que será abordado neste reunião.

6. Observatório Interamericano de Políticas Culturais

Entre as iniciativas que pretendemos materializar e que tem sido tema de análise nas duas reuniões ministeriais, encontra-se a do Observatório Interamericano de Políticas Culturais (OIPC). Cumpre destacar que, não obstante as mudanças na OEA, que não permitiram avançar neste ponto tal como seria de desejar, acordaram-se outras linhas de ação em março último, na citada Reunião de Autoridades da CIC, em que a Secretaria foi instruída a adiantar as gestões necessárias para formar uma rede entre os observatórios de políticas culturais existentes no Hemisfério. A respeito, convocou-se no dia de ontem uma primeira reunião da Rede de Observatórios de Políticas Culturais das Américas, a fim de criar um espaço inicial de trabalho para que organizações com objetivos comuns, como o são os seis observatórios identificados no Hemisfério, estabeleçam contato e intercambiem informação sobre os temas que abordam, metodologias de trabalho, recursos disponíveis e mecanismos de colaboração e possíveis vínculos com a CIC e o futuro OIPC.

Abordou-se também o tema dos sistemas de informação cultural como primeiro passo na construção de uma infra-estrutura regional de informação cultural, e a disponibilidade de

intercambiar experiências que contribuam para a criação e o fortalecimento de observatórios em outros países. Cabe indicar que, em junho de 2005, realizou-se em Washington uma reunião de planejamento dos *workshops* sobre sistemas de informação cultural a serem oferecidos na região, conforme o compromisso acordado na Primeira Reunião da CIC, em que o México, o Canadá e o Chile, assim como o Convênio Andrés Bello, ofereceram *workshops* sub-regionais sobre a matéria, destinados a comparar os sistemas dos três países, definir uma plataforma comum e determinar objetivos de ações a seguir.

A Secretaria Técnica informará mais adiante sobre os resultados e acordos destes encontros.

7. Estratégia de Cooperação Horizontal

Quanto à solicitação no sentido de que a Secretaria-Geral da OEA continue a fortalecer a Estratégia de Cooperação Horizontal e a atualizar a Carteira Permanente de Programas Consolidados de Cultura, realizou-se, de 19 a 23 de setembro de 2005, o seminário *Projetos integrais de conservação e desenvolvimento de comunidades*, organizado pelo México, cujo objetivo foi analisar a problemática da conservação do patrimônio cultural local na América Latina e no Caribe, e definir estratégias de participação comunitária na identificação de problemas locais de conservação do patrimônio.

No que se refere ao *Workshop sobre o programa de resgate da produção artesanal indígena e tradicional de Honduras (PROPAITH)*, existe interesse deste país em levá-lo a cabo, o que será confirmando na devida oportunidade.

Finalmente, desejo agradecer profundamente a honra que significou para o México presidir a Comissão Interamericana de Cultura nos dois últimos anos, e ter servido de sede para a Segunda Reunião de Ministros e Máximas Autoridades da Cultura.

Dependerá dos trabalhos desta reunião o caminho que todos os países da região venham a traçar em matéria cultural no seguinte biênio e que nos permita avançar com passos firmes em uma agenda de cooperação cultural americana.

Jaime Nualart
Presidente da CIC
Conselho Nacional para a Cultura e
as Artes do México

II RELATÓRIO DO ESCRITÓRIO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (OECT) DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA) À SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE CULTURA

Na qualidade de Secretaria Técnica das Reuniões Interamericanas de Ministros e Máximas Autoridades da Cultura (CIC), o OECT apraz-se em apresentar o presente relatório, referente às atividades desenvolvidas em cumprimento ao Plano de Ação do México, acrescido de um relatório sobre os avanços das iniciativas aprovadas na Primeira Reunião da Comissão Inteamericana de Cultura, realizada na Cidade do México, em 2003.

1. Plano de Ação do México

O documento CIDI/CIC/Inf.1/05, *Compromissos nacionais do Plano de Ação do México*, e seus Anexos, caso existam, contêm os relatórios apresentados pelos Estados membros da OEA. Até a data deste relatório, incluem-se os relatórios do Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Honduras, México, Peru e República Dominicana.

Os compromissos nacionais contidos no Plano de Ação do México estabelecem o seguinte:

1. Os Estados realizarão estudos com vistas a analisar o impacto econômico da cultura em áreas tais como a indústria musical e o turismo cultural relacionado com o patrimônio cultural, os festivais e as artes, entre outras, e encaminharão esses estudos à CIC. A CIC deverá informar a Terceira Reunião de Ministros e Máximas Autoridades da Cultura sobre os resultados desses estudos, formulando recomendações sobre atividades de cooperação interamericana nesse campo.
2. Os Estados se empenharão na criação de indicadores culturais que possam avaliar a contribuição da cultura para o desenvolvimento econômico e social dos países do Hemisfério, especialmente no que diz respeito ao combate à pobreza e à geração de emprego, e compartilharão esses resultados por intermédio da CIC, a fim de intensificar a cooperação nesse campo.
3. Instar os Estados membros a que considerem mecanismos de apoio à geração de emprego no setor cultural por meio de projetos piloto de cooperação horizontal destinados à capacitação administrativa e comercial e relatar essas iniciativas à próxima Reunião Ministerial de Cultura.
4. Instar os Estados a que formulem políticas e programas educacionais e culturais que assegurem um ambiente em que possam florescer as expressões criativas e as indústrias culturais e onde nossas populações, especialmente os jovens, possam fortalecer sua identidade. Instar também os Estados a que empreendam ações voltadas para a formação de público mediante o estímulo à criatividade artística. Os Estados informarão a próxima Reunião Ministerial de Cultura, em 2006, sobre esses programas.
5. Intensificar a cooperação interamericana na identificação, documentação, conservação e

valorização dos recursos culturais móveis e imóveis vulneráveis à pilhagem, ao tráfico ilícito e à posse ilegal de objetos culturais, por meio dos mecanismos existentes, inclusive tratados e acordos bilaterais e multilaterais. A capacitação de profissionais dedicados à conservação do patrimônio e à aplicação da lei, no nível nacional e regional, e os programas de educação pública são parte integrante das atividades destinadas ao cumprimento das metas desses acordos.

6. Formular e implementar políticas ou programas públicos destinados a informar e conscientizar nossos povos quanto aos benefícios da propriedade intelectual, bem como quanto à valorização do conhecimento tradicional, da cultura popular e do folclore e reconhecer o trabalho realizado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) nessa área.
7. Continuar a aperfeiçoar mecanismos de consulta periódica, por intermédio dos órgãos pertinentes da OEA, a fim de assegurar que a sociedade civil participe ativamente das decisões sobre políticas culturais e da implementação de programas estratégicos hemisféricos.
8. Os Estados deverão informar a Secretaria Técnica sobre as atividades que realizem com relação a elementos constantes deste Plano de Ação seis meses antes da Reunião Ministerial seguinte, a ser realizada em 2006, de acordo com as diretrizes a serem elaboradas pela CIC.

Com referência a este último compromisso a Secretaria Técnica está preparada para produzir o relatório correspondente, seguindo as diretrizes a serem estabelecidas nesta Segunda Reunião da CIC.

2. Atividades do Escritório de Educação, Ciência e Tecnologia da OEA, na sua qualidade de Secretaria Técnica da Comissão Interamericana de Cultura (CIC):

Com o propósito de revisar a agenda e a implementação do Plano de Trabalho aprovado na Primeira Reunião da CIC, a que se refere a resolução *Uso de excedentes de reserva do Fundo Ordinário alocados à área setorial de cultura do CIDI para o cumprimento dos mandatos das Cúpulas das Américas* (CIDI/CIC/doc. 4/03 Rev.2), a OECT e as autoridades da CIC (Presidente: México; Vice-Presidente, Canadá; Segundo Vice-Presidente: Chile e Argentina) mantiveram uma reunião de planejamento em março de 2005. Certamente, encontros regulares entre a OECT, como Secretaria Técnica, e as autoridades da CIC permitem uma orientação.

3. Infra-estrutura de informação cultural

Tanto o Plano de Ação do México com o Plano de Trabalho da Primeira Reunião da CIC aprovaram uma série de iniciativas destinadas a prover uma infra-estrutura de informação cultural para apoiar os Estados membros na construção de um sistema de informação cultural e de pesquisas que investiguem os fenômenos culturais e permitam um acercamento a suas diferentes manifestações. Existem várias linhas de ação que possibilitam essa aproximação mediante a coleta de estatísticas e informação de qualidade que sirvam para o desenho e o seguimento de políticas públicas no setor da cultura.

Tais iniciativas: o Observatório Interamericano de Políticas Culturais (OIPC), os sistemas de informação cultural e as contas satélites de cultura, foram formuladas de maneira independente. A OECT considera, e assim sustentará perante a CIC, que esses esforços devem ser combinados e complementados de tal forma que se convertam em um projeto escalonado, partindo do estabelecimento e/ou fortalecimento de sistemas de informação cultural nos Estados membros até a formação de redes de observatórios de cultura existentes, para que compartilhem experiências e apoiem o trabalho da CIC com conhecimento e estudos.

a. Sistemas de informação cultural

O OIPC, que é a iniciativa mais firme e ambiciosa dos ministérios de cultura, terá êxito na medida em que se alimente de informação, dados e estatísticas confiáveis de toda a região. Nesse sentido, um primeiro passo fundamental do OIPC orden de ideas, un primer paso fundamental del OIPC é a construção de sistemas de informação cultural no Estados membros.

Portanto, os três *workshops* sub-regionais (Caribe, América Central e Grupo Andino-Mercosul), destinados a incorporar as experiências em sistemas de informação do México, do Chile e do Canadá aprovados na Primeira Reunião da CIC, representam um passo indispensável nesse esforço. Tendo em mente essa análise e para avançar nessas iniciativas, o OECT realizou, em junho de 2005, um encontro que contou com a participação de especialistas em sistemas de informação cultural do Canadá, Chile e México e do Convênio Andrés Bello. O objetivo da reunião foi estudar os três sistemas nacionais de informação em cultura e definir um patamar comum. Buscou-se, assim, que os *workshops* a serem realizados na região, ademais de responderem às realidades das sub-regiões, também contenham aspectos comuns que encarem uma eventual interconexão e possam alimentar a OIPC com estatísticas, dados e informação cultural de qualidade e comparabilidade.

A reunião de coordenação da realização dos *workshops* sub-regionais sobre sistemas de informação cultural concluiu que, para realizá-los, é indispensável partir de um diagnóstico sobre a capacidade de produção de informação cultural em cada Estado membro que venha a participar. Isto deve levar em conta a caracterização do máximo de subsetores artísticos e culturais, bem como das atividades no uso de tempo livre e de todos os elos da cadeia de gerados pela existência e a circulação de bens e serviços culturais característicos de cada país. Adicionalmente, considerou-se que os *workshops*, ademais da participação de autoridades governamentais pertinentes, também possam incluir entidades não-governamentais como universidades, ONGs e centros de pesquisa interessados no tema.

Com base neste diagnóstico será possível definir necessidades em cada Estado membro, e o Canadá, o Chile e o México, com o apoio do OECT e do Convênio Andrés Bello, poderão trabalhar nos conteúdos comuns dos *workshops* e oferecê-los a partir do primeiro semestre 2006. O OECT estará enviando os termos de referência do diagnóstico aos Estados membros no último trimestre de 2005.

b. Observatório Interamericano de Políticas Culturais (OIPC)

Como já se mencionou, o OIPC é uma iniciativa de grande envergadura que exigirá vários anos e consideráveis recursos para converter-se em realidade. Os ministros e autoridades da cultura, conscientes da magnitude do projeto, encomendaram oportunamente um estudo de viabilidade,

realizado pelo Doutor Yudhishtir Raj, e um Plano de Negócios realizado pelo economista Alejandro Ramos. Este último foi considerado na Segunda Reunião Ministerial, no México.

O Plano de Negócios para o OIPC segue os mandatos da CIC e contempla as conclusões do estudo de viabilidade, em particular as três opções de estrutura, e a consideração do financiamento, a forma de governo, a localização e os mecanismos do OIPC.

Em essência, o Plano de Negócios prevê o seguinte:

A estrutura do OIPC será inicialmente a de uma rede administrada, com pessoal mínimo da Secretaria da OEA, que poderá então passar por um processo de consolidação até converter-se em entidade autônoma.

O OIPC consistirá de três níveis, que se complementam e apoiam mutuamente: o nível diretor, formado por uma Comissão Administradora; o nível executivo, a cargo do OECT/OEA; e um conjunto de cinco entidades regionais: i) países do MERCOSUL, ii) Comunidade Andina, iii) América Central, Panamá, República Dominicana e Belize, iv) países do Caribe, e v) América do Norte (México, Canadá e Estados Unidos). O portal do OIPC na Internet será o que está sendo desenvolvido pelo OECT, com pessoal técnico idôneo da OEA.

O Plano de Negócios desenvolve uma etapa pré-operacional de um ano do OIPC, denominada Etapa 1 A. Nessa etapa, será constituída a Comissão Administradora, integrada pelas autoridades (presidência, vice-presidência e segundas vice-presidências) da CIC e por representantes das diferentes sub-regiões. A Comissão terá o apoio permanente do OECT e se encarregará de: i) formular um estatuto constitutivo e um regulamento operacional para o OIPC; ii) iniciar a abertura de contatos com patrocinadores em potencial (BID, Banco Mundial, governos de países desenvolvidos, etc.), para o financiamento inicial do primeiro ano de operações do projeto; iii) iniciar a busca, seleção e contratação de pessoal regional, em consulta com os países membros; e iv) preparar o orçamento inicial do OIPC para o primeiro ano de operações (Etapa 1 B), considerando, ademais do orçamento ordinário, os estudos e contratos de pesquisa a realizar.

Paralelamente ao trabalho da Comissão Administrativa, irá sendo formada a equipe de trabalho do OIPC no nível central e regional. No nível central (OECT/OEA), continuará o trabalho de consolidação do portal do OIPC e se contará com dois técnicos: um, encarregado de prestar apoio técnico ao portal na Internet, que ajudará a controlar os conteúdos enviados pelas entidades regionais, e outro, para apoiar a reflexão sobre os conteúdos e prioridades, que terá a seu cargo as tarefas administrativas e de concertação (seleção, contratação e seguimento técnico dos contratos de estudos encomendados pelo OIPC, etc.). No nível de cada sub-região, contará com um representante que estabelecerá contato permanente com os ministérios da sub-região.

O Plano de Negócios contempla os gastos necessários para alcançar os objetivos neste primeira etapa de um ano (Etapa A). Espera-se constituir um fundo de desenvolvimento do OIPC para cobrir os gastos iniciais, formado por contribuições dos governos.

O OIPC é uma iniciativa de grande envergadura no nível regional, que requer o compromisso de todos os ministérios e autoridades da região, o apoio das agências e bancos internacionais e a participação da sociedade civil. Após a realização do estudo de viabilidade e do plano de negócios, cumpre dar um passo firme e decidido rumo à criação do OIPC; para tanto, é necessário que os

governos apoiem a criação da Comissão Administrativa do OIPC, que destinem recursos para a sua etapa pré-operacional e que continuem a fortalecer o portal do Observatório mediante o envio e a consulta de informação.

Para avançar neste esforço, o OECT convidou os observadores de políticas culturais nacionais e/ou locais e entidades com objetivos similares, todos identificados no Estudo de Viabilidade, a fazer parte de uma rede. A primeira reunião da Rede de Observatórios, para a qual foram também convidados os Estados membros que, na Segunda Reunião Ministerial de Cultura, serviram de ligações sub-regionais (Barbados, Brasil, Colômbia, Nicarágua e República Dominicana,) e as autoridades da CIC (México, Canadá, Chile, Argentina), será realizada um dia antes da Segunda Reunião da CIC. Seu objetivo central é criar um espaço inicial de trabalho para que organizações com objetivos comuns iniciem contatos e intercambiem informação sobre os temas que abordam, metodologias de trabalho e recursos disponíveis. Adicionalmente, apresenta-se a oportunidade para que os laboratórios se informem sobre as discussões políticas e as prioridades estabelecidas na agenda interamericana de cultura e, até certo ponto, sincronizem suas pesquisas com os temas de foro político, intercambiem opiniões com os delegados dos 34 Estados membros da OEA junto à CIC e analisem mecanismos de trabalho com o futuro OIPC.

Os observatórios também abordarão o tema do sistemas de informação cultural como primeiro passo na construção de uma infra-estrutura regional de informação cultural, e a disponibilidade de intercâmbio de experiências que contribuam para a criação e o fortalecimento de observatórios em outros países.

Na opinião do OECT, os passos seguintes para a criação do OIPC devem direcionar-se para o fortalecimento da rede e a criação de mecanismos de cooperação e interação nos países por meio dos núdulos sub-regionais. Além disso, deve-se trabalhar em conjunto com a Comissão Administrativa do OIPC e com os Estados que compartilharão seus sistemas nacionais de informação para criar um projeto escalonado, que parta dos *workshops* sobre sistemas de informação cultural e permita captar fundos dos organismos internacionais para este propósito. Para isto, são vitais o apoio e a cooperação com agências e organizações que trabalhem com o mesmo fim, como é o caso da OEI, o CAB e a recém-criada Fundação Interamericana para a Cultura e o Desenvolvimento e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Somente com a maximização dos recursos e a união de esforços será possível chegar a iniciativas da envergadura do OIPC.

c. Contas satélites de cultura

Outra iniciativa importante contida no Plano de Ação do México é o desenvolvimento de contas satélites de cultura e a assistência técnica em matéria de indicadores. Para apoiar estas atividades, o OECT tem acompanhado de perto a criação da Fundação Interamericana para a Cultura e o Desenvolvimento e mantido conversações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Convênio Andrés Bello (CAB).

Uma iniciativa que apresentará seus avanços e realizações à Segunda Reunião da CIC é o projeto que a Colômbia e Chile executam com o apoio técnico e financeiro do CAB e do BID para a transferência da experiência colombiana com a conta satélite de cultura para o Chile e a elaboração de uma metodologia que possa ser compartilhada com o restante da região. A apresentação dessa experiência à CIC, complementada por uma apresentação do Instituto de Estatística da UNESCO sobre a utilização de estatísticas e informação no desenho de políticas públicas em cultura visa a que

este órgão técnico tome conhecimento direto do que vem sendo realizado nessa matéria e inicie conversações sobre como compartilhar e maximizar tais esforços em benefício de todos os Estados.

3. Cooperação

O capítulo correspondente à cooperação solidária enquadra a estratégia de cooperação horizontal, a cooperação interagencial e as contribuições da sociedade civil para o processo ministerial de cultura.

a. Estratégia de cooperação horizontal:

A Primeira Reunião Ministerial de Cultura e a Primeira Reunião da CIC aprovaram a avaliaram a estratégia de cooperação horizontal e a formação da Carteira Permanente de Programas Consolidados de Cultura. A Carteira contém os programas de maior sustentabilidade e transcendência que os ministérios e autoridades da cultura executam e desejam compartilhar com seus pares. Por esta razão, a Carteira é um instrumento de informação sobre os programas culturais em execução no nível hemisférico e um catálogo de ofertas de cooperação, já que cada programa conta com o apoio político do respectivo governo para ser apresentado, analisado e compartilhado com as demais autoridades da cultura. É importante assinalar que, embora contem com a vontade política do ministro(a) ou autoridade para serem compartilhados, os programas consolidados observam, por sua vez, as características de sustentabilidade técnica e financeira e metodologias e materiais que possibilitam sua apropriação crítica.

Denro deste esquema, realizou-se em outubro de 2003 o primeiro *workshop* de transferência crítica, sob os auspícios do Departamento de Patrimônio Canadense e da OEA. O *workshop* girou em torno do tme *Diversidade cultural, emprego e intercâmbio para jovens*, baseado no programa *Young Canada Works*, e contou com a participação de representantes das autoridades de cultura da Antígua e Barbuda, Chile, Colômbia, Dominica, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Peru e São Vicente e Granadinas. No âmbito deste *workshop*, todos os participantes elaboraram perfis de projetos para conseguir a transferência crítica da experiência canadense a cada um de seus contextos nacionais. Destaca-se particularmente o desenvolvimento registrado por esses perfis de projeto no Chile e na Dominica, onde se pretende executar programas de intercâmbios juvenis que combinam a promoção da diversidade cultural e a geração de emprego e se baseiam no modelo canadense.

A Primeira Reunião da CIC também aprovou a realização de um *workshop* sobre projetos integrais de conservação e desenvolvimento em comunidades, oferecido pelo México por intermédio do CONACULTA e do Instituto Nacional de Antropologia e História. O objetivo desse *workshop*, a realizar-se em fins de setembro, é compartilhar a experiência mexicana em conservação do patrimônio cultural com plena participação das comunidades, que recebem treinamento e elaboram planos para assumir a conservação de seus bens culturais. O processo de seleção de participantes realizou-se em meados de agosto e abrangeu candidatos de XX Estados membros.

Também será realizado um *workshop* sobre a experiência de Honduras com o seu Programa de Resgate da Produção Artesanal Indígena e Tradicional de Honduras (PROPAITH), que busca promover e difundir o patrimônio artesanal de grupos em condições de marginalidade com o objeto de melhorar sua capacidade de trabalho e qualidade de vida. O PROPAITH, cujo raio de ação é de

âmbito nacional, estabeleceu núcleos artesanais, cooperativas, casas de trabalho e programas de assistência técnica destinados a melhorar os processos de produção e treinar os artesãos.

É importante assinalar que os dois últimos *workshops* são apoiados por fundos do Escritório de Bolsas de Estudos, Treinamento e Tecnologia da Informação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos da OEA, o que significa que os recursos não estão garantidos e é necessário competir com outros programas e áreas da OEA para obter financiamento.

b. Cooperação interagencial

No âmbito da Reunião Ministerial do México, as agências e organizações presentes acordaram em apoiar a Declaração e o Plano de Ação do México. A estreita cooperação entre as organizações, agências e entidades nacionais e internacionais e o desenvolvimento de programas estratégicos que ampliem suas alianças e vínculos são um meio imprescindível para dar resposta aos desafios de uma agenda interamericana de cultura.

As reuniões interagenciais que a OEA organizou previamente às reuniões ministeriais permitiram estabelecer alianças e estratégias de ação que enfatizam a cooperação dos organismos e agências internacionais para apoiar inicialmente o Plano de Ação de Cartagena em 2002 e, a seguir, o Plano de Ação do México. Além disso, na Primeira Reunião da CIC, o Convênio Andrés Bello e a Organização dos Estados Ibero-Americanos comprometeram-se a apoiar atividades de cooperação horizontal em coordenação com a OEA.

A coordenação interagencial continua a ser um desafio no contexto das reuniões ministeriais de cultura e da CIC e do apoio aos seus compromissos. O êxito depende não apenas da vontade e do compromisso das agências, como também a orientação que os Estados membros possam oferecer ao estabelecerem suas prioridades de ação, solicitando aos organismos participantes intervenções específicas e diferenciadas para obter maior colaboração. Manter viva a cooperação interagencial requer, ademais, a realização de reuniões periódicas de coordenação e seguimento.

Como seguimento ao Plano de Ação do México, o OECT tem mantido um contato fluido e contínuo com o CAB e o BID e acompanhado de perto a criação da Fundação Interamericana para a Cultura e o Desenvolvimento. Mediante ações conjuntas com estas e outras agências, procura-se continuar a respaldar este mecanismo de cooperação interagencial.

Prevê-se que a Fundação Interamericana para a Cultura e o Desenvolvimento realize uma apresentação na Segunda da Reunião da CICI, para informar sobre seus objetivos e prioridades e sobre os projetos em que espera apoiar os Estados membros, assim como sobre possíveis mecanismos de trabalho e interação constante entre a CIC e a Fundação.

Dentro de um esquema que combina a cooperação solidária, o OECT propõe-se a identificar, nos organismos internacionais, os projetos que registraram sucesso em outras regiões do mundo e que poderiam ser transferidos para os Estados membros.

c. Participação da sociedade civil

A participação da sociedade civil é outro mecanismo de cooperação mediante o qual organizações não-governamentais e coalizões de entidades vinculadas com a cultura e as artes apóiam, com recomendações e programas, o processo ministerial de cultura. Este esforço, iniciado na Primeira Reunião Ministerial, vem sendo respaldado desde então. Nesse sentido, em preparação à Segunda Reunião Ministerial de Cultura, realizada no México, organizou-se conjuntamente com a OEA e o Conselho Nacional da Cultura e das Artes do Chile, o *Workshop de consulta à sociedade civil*, realizado em Santiago (julho de 2004), de que participaram 30 representantes de organizações da sociedade civil de 12 Estados membros. O produto do *workshop* foi um documento de reflexão e recomendações que aborda, entre outros temas, o fortalecimento das indústrias culturais e os desafios que para estas representam os tratados de livre comércio, o impacto das políticas culturais sobre a coesão social, particularmente no que se refere à apropriação do patrimônio cultural, o fomento do diálogo intercultural e o apoio a programas educativos que destaquem a valoração artística e cultural, e a importância da Convenção sobre a Proteção da Diversidade dos Conteúdos Culturais e Expressões Artísticas.

Este diálogo com os ministros incluiu o compromisso dessas organizações de "Contribuir com insumos técnicos que sejam indispensáveis para o desenho e a aplicação das políticas recomendadas, e divulgar esses princípios e processos nas regiões de cada um dos nossos países, atentando para o 'local' como o espaço onde surge a cultura".

O espaço de interação e diálogo com os ministros em Cartagena e no México e as atividades preparatórias por meio do foro virtual e do *workshop* no Chile foram frutíferos para incluir no diálogo ministerial de cultura as perspectivas da sociedade civil. Cabe agora à CIC, em conformidade com os mandatos do Plano de Ação do México, a responsabilidade de considerar e revisar as recomendações sugeridas pela sociedade civil e, quando pertinente, adotar ações para implementar as medidas que sejam compatíveis com essa Declaração e Plano de Ação.

Para avançar nessas consultas com os Estados membros, o OECT, com a amoderação da Delegada do Chile junto à CIC, abriu um espaço virtual em que se espera reunir insumos iniciais para apoiar as deliberações da Segunda CIC sobre o tema.

O apoio a este processo de consulta com a sociedade civil torna indispensável retroalimentar o processo e informar essas organizações sobre os acordos alcançados na Segunda CIC com suas reflexões e recomendações.

5. Conservação do patrimônio cultural

O Plano de Trabalho aprovado pela Primeira Reunião da CIC estabeleceu a necessidade de fortalecer a cooperação para preservar e proteger os bens culturais móveis e imóveis e para erradicar a pilhagem, o tráfico a destruição e a posse ilícita de bens culturais. Também determinou que cumpre "considerar a conveniência de estabelecer, no âmbito da OEA, uma lista de patrimônios culturais das Américas, para reconhecer e identificar, esses lugares, espaços e manifestações, que refletem a riqueza da nossa diversidade cultural, e promover a cooperação mútua para preservá-los e protegê-los".

A CIC concluiu pela necessidade de integrar um grupo de trabalho, aberto a todos os Estados membros, que continuará a analisar a conveniência de proceder a um registro de lugares que sejam patrimônios culturais das Américas. Para continuar a reflexão sobre o assunto, existe uma proposta

formulada por ICOMOS, Capítulo Estados Unidos. Este tema é considerado no Plano de Ação do México.

Até o momento, o grupo de trabalho determinado pela CIC ainda não foi constituído, motivo por que seria conveniente aproveitar o contexto da CIC para reexaminar essa iniciativa.

6. Cultura e esportes

A Primeira Reunião da CIC “solicita ao Canadá que seja o vínculo permanente entre as autoridades encarregadas das políticas de juventude, cultura e esportes nos Estados membros”. A respeito, o Canadá reitera seu compromisso de continuar a informar a CIC sobre aspectos relacionados com os esportes nas Américas e dá conta da criação de um foro de interação nas Américas, no nível ministerial, para tratar de temas relacionados com os esportes. Em reunião dos Ministros de Esportes realizada em Mérida, México, em maio de 2005, foi aprovado o estatuto de uma organização voluntária dedicada ao desenvolvimento dos esportes, o CADE, que se reunirá anualmente a fim de "apoiar projetos e programas de promoção dos esportes como instrumento que contribua efetivamente para a saúde física, psicológica e social nas Américas". Existem no CADE quatro subcomissões: de Esporte, Educação e Treinamento, Antidoping e Medicina e Ciências Esportivas Aplicadas.

O CADE é presidido pelo Prof. Eduardo Alvarez Camacho, Vice-Ministro de Esportes da República Bolivariana da Venezuela. Sua próxima reunião será realizada no primeiro semestre de 2006, no Rio de Janeiro. O CADE é um grupo novo, cuja capacidade de ação ainda não foi testada. Decorrerão vários anos até que o CADE passe a ser uma entidade operacional viável. .

Este relatório proporcionado pelo Canadá será complementado por uma apresentação verbal na Segunda Reunião da CIC.

7. Relatório sobre o uso dos recursos do Fundo de Reserva do Fundo Ordinário aprovado pela Primeira Reunião da CIC

O Plano de Trabalho aprovado pela Primeira Reunião da CIC destinou o montante de US\$190.000 para a realização de projetos e atividades nele previstos, em conformidade com a resolução do Conselho Permanente (CP/RES. 831 (1342/02), *Uso de excedentes de recursos do Subfundo de Reserva do Fundo Ordinário para investimentos de capital e cumprimento dos mandatos da OEA*, e com a resolução da Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CEPCIDI/RES 89 (LXXXIX-O/03), *Critérios para o uso de excedentes de recursos do Subfundo de Reserva do Fundo Ordinário alocados ao CIDI para o cumprimento dos mandatos das Cúpulas das Américas*. Tal como estabelece a resolução 831 (1342/02), o OECT informa regularmente o Conselho sobre o uso desses fundos, e inclui no Anexo 1 ao presente relatório um resumo dos gastos efetuados até o momento e dos fundos disponíveis em cada um dos seus componentes.

Tal como consta no Anexo 1 adjunto, de os \$190,000 asignados durante a Primeira Reunião da CIC, até momento foram gastos \$36,016.92, tem atividades programadas montam a \$52,000, e existem um saldo de \$106,994.86 depois de descontar as actividades programadas.

Os recursos disponíveis oferecem a esta Segunda Reunião da CICI uma oportunidade para reiterar e atualizar os mandatos, à luz dos compromissos assumidos na passada Reunião Ministerial do México.

8. Considerações finais

Ao finalizar este relatório sobre as atividades do OECT na sua qualidade de Secretaria Técnica da CIC, é importante mencionar o novo dinamismo que se espera imprimir à OEA sob a liderança do Secretário-Geral José Miguel Insulza e a reestruturação que agrupou, sob a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI), todos os órgãos políticos no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral e seus demais órgãos subsidiários, bem como as atividades de mobilização e captação de recursos externos em apoio aos esforços que os países realizam em prol do seu desenvolvimento e o da região.

O Secretário-Geral Insulza bem manifestou, no seu discurso de abertura do Trigésimo Quinto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, em junho passado, a necessidade de que a OEA esteja em sincronia com as estratégias desenhadas no nível mundial e em cada país membro, para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Também ressaltou o desafio que representa para a região o reconhecimento da sua diversidade e a proteção da pluralidade de identidades, base da riqueza das Américas, e a importância de avançar na agenda social de tal modo que o desenvolvimento tenha vigência em todos os países, superando as desigualdades e abrindo o caminho para a prosperidade.

Sob a égide do SEDI, o futuro trará maior interação entre os foros políticos e as áreas dedicadas a programas de desenvolvimento. Não obstante, esta também deve ser acompanhada de uma agenda coordenada com outros organismos internacionais para que as iniciativas destinadas a apoiar os Estados em cada um desses foros se complementem, coordenem e fortaleçam.

A execução dos recursos alocados por meio do Subfundo de Reserva não tem ocorrido com a rapidez por todos desejada. O OECT considera, porém, que isto vale como oportunidade para que a CIC reafirme e atualize o Plano de Trabalho à luz dos mandatos ministeriais do México e, assim, dote-o de novo dinamismo e reitere o compromisso dos Estados membros.

As dificuldades orçamentárias que a OEA enfrenta são bem conhecidos de todos. Tanto a Secretaria-Geral como os Estados membros vêm estudando mecanismos para maximizar recursos e fazer frente ao déficit. A área da cultura viu-se afetada e, para 2006, sofrerá reduções adicionais de pessoal. Todavia, o SEDI está trabalhando com as diferentes dependências da Organização a fim de mobilizar os recursos humanos mínimos que nos habilitem a continuar nosso compromisso e apoiar cabalmente as atividades no contexto das Reuniões Ministeriais de Cultura e da CIC.

Ao encerrar este relatório, o Escritório de Educação, Ciência e Tecnologia (OECT) deseja reiterar seu firme compromisso e disposição no sentido de aplicar todos os seus esforços e recursos disponíveis, tanto humanos como financeiros, para tornar realidade as iniciativas e programas a serem aprovados nesta Segunda Reunião da CIC, em cumprimento aos mandatos dos ministros e altas autoridades da cultura.

Alice Abreu
Diretora
Escritório de Educação, Ciência e Tecnologia

ANEXO 1

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DE EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO SUBFUNDO DE RESERVA DA OEA ALOCADOS PELA CICI EM SUA PRIMEIRA REUNIÃO, REALIZADA NA CIDADE DO MÉXICO EM 4 E 5 DE SETEMBRO DE 2003

Saldo no Subfundo de Reserva da OEA em 30 de junho de 2005:

SG-SDU/026	US \$
Saldo inicial, 11 de março 2004 ²	190,000.00
Juros auferidos, em 30 de junho de 2005	5,011.78
TOTAL	\$ 195.011,78
Gastos	
Abril-junho de 2004	7,013.05
Julho-setembro de 2004	24,141.20
Outubro-dezembro de 2004	4,836.85
Janeiro-março de 2005	25.82
Abril - junho de 2005	0.00
TOTAL	\$ 36.016,92
Saldo em 30 de junho de 2005	\$ 158.994,86
Atividades programadas para 2006 del Componente 2 "Estratégia de cooperação horizontal"	\$ 52.000,00
TOTAL DISPONÍVEL, SE FOREM MANTIDAS AS ATIVIDADES PROGRAMADAS	\$ 106.994,86

Atividades na área da cultura		Gastos US\$
Componente 1	Observatório Interamericano de Políticas Culturais (OIPC)	10,000.00
Componente 2	Estratégia de cooperação horizontal	0,00
Componente 3	Conservação do patrimônio cultural	0,00
Componente 4	Cultura e sociedade civil	\$15,141.20
Componente 5	Apoà Segunda Reunião Ministerial e às reuniões da CIC	10,875.22

² Os recursos tenham sido asignados mediante a resolução CIDI/CIC/odc. 4/03 Rev. 2, aprobada na Primeira Reunião da Comissão Interamericana (CIC) celebrada na Cidade de Mexico o 4 e 5 de setembro de 2003, e que establece o plano de trabalho da CIC.

TOTAL	\$36.016.92
--------------	--------------------

Componente 1 Observatório Interamericano de Políticas Culturais (OIPC)

- Trabalhos de consultoria para a elaboração do Plano de Negócios do OIPC apresentado na Segunda Reunião Interamericana de Ministros e Máximas Autoridades da Cultura, no México, em agosto de 2005, e para a preparação do Portal do Observatório.

Componente 2 Estratégia de cooperação horizontal

- O *workshop* sobre projetos de conservação e desenvolvimento de comunidades está programado para a semana de 19 de setembro de 2005, no México.
- O *workshop* sobre o Programa de resgate da produção artesanal indígena e tradicional de Honduras (PROPAITH), a realizar-se em Honduras, está programado para 2006.
- Os *workshops* sobre sistemas de informação cultural estão em fase de desenho e será programados em 2006.

Componente 3 Conservação do patrimônio cultural

- Não recursos do Subfundo destinados a essa atividade.

Componente 4 Cultura e sociedade civil

- Realização, com o apoio do Conselho Nacional da Cultura e das Artes do Chile, do *Workshop* de consulta à sociedade civil, nos dias 26 e 27 de julho de 2004, em Santiago, cujo resultado principal foi a aprovação de um documento de reflexões das organizações da sociedade civil, que contém recomendações para o cumprimento do Plano de Ação do México, apresentado na Reunião ministerial. O Subfundo financia os custos de viagem de 11 participantes ao Chile e de dois representantes, selecionados por ocasião do *workshop*, à Segunda Reunião Ministerial. Também cobriu a interpretação simultânea em espanhol-ínglês.

Componente 5 Apoio à Segunda Reunião Ministerial e às reuniões da CIC

- Elaboração de três estudos em apoio aos três eixos temáticos da Segunda Reunião Interamericana de Ministros e Máximas Autoridades da Cultura realizada no México, em 23 e 24 de junho de 2004. Os estudos solicitados centraram-se nos seguintes temas:
 - Tema 1, "A cultura como geradora de crescimento econômico, emprego e desenvolvimento".
 - Tema 2, "Desafios enfrentados pelas indústrias culturais".
 - Tema 3: "A cultura como instrumento de inclusão social e de combate à pobreza".

<http://scm.oas.org/pdfs/2005/CIDI01509S.xls>